

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS DA META 4 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014–2024)

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.073-007>

Suenia Delfina Silva Oliveira

Pós-graduanda em Educação Especial e Inclusiva pelo IF Goiano – campus Morrinhos
E-mail: suenia.delfina@estudante.ifgoiano.edu.br

Marcus Vinícius Costa da Conceição

Doutor em Sociologia pela UFG e professor do IF Goiano – campus Morrinhos. Orientador.
E-mail: marcus.conceicao@ifgoiano.edu.br

Resumo

Este estudo analisa os avanços e os desafios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva durante a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, com ênfase na implementação da Meta 4. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura, de abordagem qualitativa, natureza descritiva e exploratória, orientada pelas recomendações do protocolo PRISMA 2020. A busca foi realizada nas bases Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES, sendo selecionados seis estudos que atenderam aos critérios estabelecidos. Os resultados evidenciaram avanços na ampliação do acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns do ensino regular e na expansão do Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, permanecem desafios relacionados à formação docente, à acessibilidade, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos, ao financiamento e às desigualdades regionais. A análise demonstra que o aumento das matrículas representa um avanço importante, mas não é suficiente para assegurar uma inclusão efetiva. Conclui-se que a consolidação da Educação Especial na perspectiva inclusiva requer continuidade das políticas públicas, investimentos permanentes, fortalecimento da formação dos profissionais e ampliação das condições necessárias à permanência, participação e aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Plano Nacional de Educação.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais eixos das políticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação para todas as pessoas. Fundamentada nos princípios da igualdade de oportunidades, da valorização da diversidade e da eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, essa perspectiva representa uma mudança significativa em

relação aos modelos educacionais historicamente marcados pela segregação de estudantes com deficiência. No cenário internacional, documentos como a Declaração de Salamanca, de 1994, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas em 2006, reafirmaram o compromisso dos países com a construção de sistemas educacionais inclusivos, orientando reformas nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas.

No Brasil, esse movimento foi fortalecido a partir da Constituição Federal de 1988, que assegurou a educação como direito de todos e estabeleceu o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, ampliaram o conjunto de dispositivos legais destinados à promoção da educação inclusiva e à garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entre os instrumentos de planejamento educacional, destaca-se o Plano Nacional de Educação (2014–2024), que estabeleceu vinte metas para o desenvolvimento da educação brasileira durante o período de sua vigência. Dentre elas, a Meta 4 assumiu papel estratégico ao prever a universalização do acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, reafirmando o compromisso do Estado com a construção de um sistema educacional inclusivo.

Segundo os dados mais recentes do Censo Escolar da Educação Básica, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observa-se crescimento contínuo das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns do ensino regular durante a última década. Esse avanço evidencia os efeitos das políticas públicas de inclusão implementadas no país. Entretanto, os indicadores também demonstram que a ampliação do acesso não elimina desafios relacionados à permanência, à aprendizagem, à acessibilidade e à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aspectos que permanecem centrais para a consolidação da educação inclusiva.

Os indicadores educacionais demonstram avanços importantes na ampliação do acesso desses estudantes às escolas regulares ao longo da última década. Dados do Censo Escolar da Educação Básica evidenciam crescimento contínuo das matrículas da Educação Especial em classes comuns do ensino regular, resultado associado à ampliação das políticas de inclusão, da oferta do Atendimento Educacional Especializado e da implementação de estratégias previstas no Plano Nacional de Educação. Entretanto, embora os indicadores revelem expansão do acesso, a literatura científica destaca que persistem desafios relacionados à permanência, à aprendizagem, à formação docente, à acessibilidade, ao financiamento das

políticas públicas e à redução das desigualdades regionais, indicando que a efetivação da inclusão escolar exige ações que ultrapassem o simples ingresso do estudante na escola.

Nesse contexto, torna-se necessário analisar em que medida os objetivos estabelecidos pela Meta 4 foram efetivamente alcançados ao término da vigência do Plano Nacional de Educação. A ampliação das matrículas, por si só, não assegura uma educação inclusiva de qualidade, sendo imprescindível investigar se as políticas implementadas contribuíram para garantir condições adequadas de aprendizagem, participação e desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Essa discussão adquire relevância diante da necessidade de avaliar os resultados produzidos pelo PNE e subsidiar o planejamento de novas políticas educacionais voltadas à consolidação da educação inclusiva no país.

Dessa forma, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais foram os principais avanços e desafios da implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014–2024) para a consolidação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil?

A realização desta pesquisa justifica-se pela importância acadêmica, social e educacional da temática. Do ponto de vista científico, contribui para a sistematização do conhecimento produzido acerca da implementação da Meta 4 do PNE, identificando convergências, lacunas e desafios apontados pela literatura especializada. Sob a perspectiva social, a investigação possibilita compreender os limites e as potencialidades das políticas públicas voltadas à inclusão escolar, fornecendo subsídios para o aprimoramento das ações governamentais e das práticas educacionais. Considerando que o período de vigência do Plano Nacional de Educação foi encerrado em 2024, torna-se especialmente oportuno analisar os resultados alcançados e refletir sobre os caminhos necessários para o fortalecimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os avanços e os desafios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva durante a vigência do Plano Nacional de Educação (2014–2024), com ênfase na implementação da Meta 4. Especificamente, busca-se identificar os avanços promovidos pelas políticas públicas de inclusão escolar; analisar os desafios relacionados à formação docente, ao Atendimento Educacional Especializado e às condições de acessibilidade; e discutir as contribuições da literatura científica para a compreensão dos resultados alcançados ao longo da vigência do Plano Nacional de Educação.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, documentos oficiais e legislações relacionadas à Educação Especial, à Educação Inclusiva e ao Plano Nacional de Educação. Os procedimentos metodológicos adotados são apresentados na seção seguinte.

2 MÉTODO

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), de abordagem qualitativa, natureza descritiva e exploratória. A escolha desse método ocorreu em razão da necessidade de reunir, organizar e analisar criticamente as produções científicas sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, com ênfase na implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014–2024).

A Revisão Sistemática da Literatura diferencia-se de uma revisão bibliográfica tradicional por seguir critérios previamente definidos para a busca, seleção, análise e interpretação dos estudos. Dessa forma, busca-se reduzir possíveis vieses durante o processo de pesquisa, tornando os resultados mais confiáveis, transparentes e passíveis de reprodução por outros pesquisadores.

O desenvolvimento da pesquisa foi orientado pelas recomendações do protocolo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA 2020), amplamente adotado em pesquisas científicas nacionais e internacionais para orientar a elaboração e a apresentação de revisões sistemáticas. A utilização desse protocolo contribui para a transparência, o rigor metodológico e a reprodutibilidade do processo de seleção, análise e síntese dos estudos incluídos na revisão.

2.2 ESTRATÉGIA DE BUSCA

A busca dos estudos foi realizada entre os meses de abril e maio de 2026 nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online (SciELO); Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Essas bases foram escolhidas por reunirem expressiva produção científica nacional e internacional na área da Educação, contemplando artigos publicados em periódicos reconhecidos pela comunidade acadêmica.

Para localizar os estudos foram utilizados os seguintes descritores: Educação Especial; Educação Inclusiva; Plano Nacional de Educação; Meta 4 do PNE; Atendimento Educacional Especializado; Formação Docente; Inclusão Escolar.

Para a localização dos estudos foram utilizados descritores previamente definidos e combinados por meio dos operadores booleanos **AND** e **OR**, conforme apresentado no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Estratégia de busca da revisão sistemática

Base de dados	Descritores utilizados	Operadores booleanos
Google Acadêmico	"Educação Especial"; "Educação Inclusiva"; "Plano Nacional de Educação"; "Meta 4 do PNE"; "Atendimento Educacional Especializado"; "Formação Docente"	AND / OR
SciELO	"Educação Inclusiva"; "Educação Especial"; "Plano Nacional de Educação"; "Meta 4"	AND / OR
Portal de Periódicos CAPES	"Educação Especial"; "Inclusão Escolar"; "Atendimento Educacional Especializado"; "Formação Docente"	AND / OR

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

2.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para garantir a qualidade da revisão, foram estabelecidos critérios para selecionar apenas estudos diretamente relacionados ao objetivo desta pesquisa.

Foram considerados critérios de inclusão:

- artigos científicos publicados entre 2003 e 2025;
- textos disponíveis na íntegra;
- publicações em língua portuguesa;
- estudos relacionados à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, à Meta 4 do Plano Nacional de Educação, às políticas públicas de inclusão escolar, à formação docente e ao Atendimento Educacional Especializado.

Como critérios de exclusão, foram retirados da análise:

- artigos duplicados;
- trabalhos de conclusão de curso;
- resumos simples ou expandidos;
- editoriais;
- relatos de experiência sem fundamentação científica;
- estudos que não apresentavam relação direta com o tema investigado.

2.4 PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS

A seleção dos estudos ocorreu em quatro etapas sucessivas:

1. identificação dos estudos nas bases de dados;
2. leitura dos títulos;
3. leitura dos resumos;
4. leitura integral dos textos selecionados.

Inicialmente foram identificadas 48 publicações.

Após a leitura dos títulos e resumos, 26 estudos foram excluídos por não atenderem aos objetivos da pesquisa.

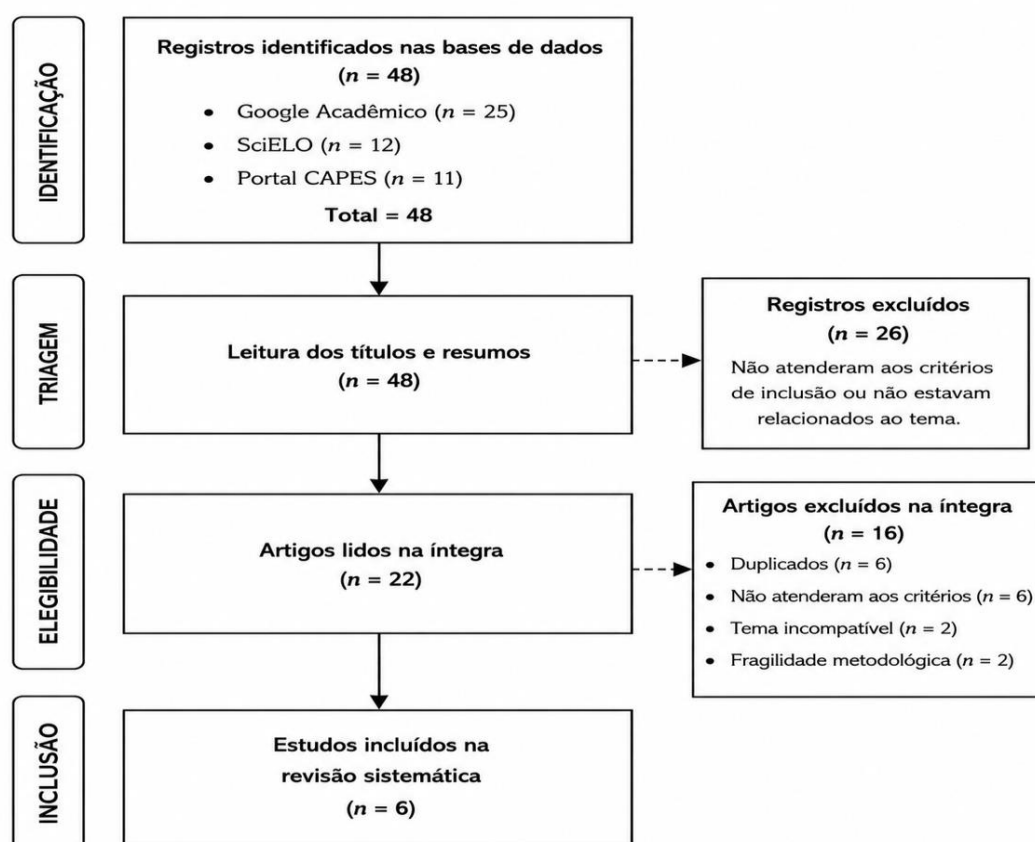
Os 22 trabalhos restantes passaram pela leitura completa.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 16 estudos foram excluídos por apresentarem duplicidade, inadequação metodológica ou por não abordarem especificamente a implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Ao final do processo foram selecionados seis artigos científicos, que constituíram o corpus analítico desta Revisão Sistemática da Literatura. A composição final da amostra demonstra o rigor metodológico adotado durante a seleção dos estudos. Embora o número inicial de publicações identificadas tenha sido superior, poucos trabalhos abordavam especificamente a implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação sob a perspectiva da Educação Especial Inclusiva, atendendo simultaneamente aos critérios de elegibilidade estabelecidos nesta pesquisa.

Embora o número final de estudos seja reduzido, essa quantidade demonstra o rigor metodológico adotado durante a seleção, uma vez que poucos trabalhos abordavam especificamente a implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação sob a perspectiva da Educação Especial Inclusiva.

Fluxograma 1 – Processo de seleção dos estudos segundo o protocolo PRISMA



Fonte: Elaborado pelos autores (2026), adaptado de PRISMA (2020).

Após a seleção, os estudos foram organizados em um quadro síntese contendo autoria, ano de publicação, objetivo, método utilizado, principais resultados e contribuição para esta pesquisa.

Quadro 2 – Caracterização dos estudos selecionados

Autor(es)	Ano	Objetivo do estudo	Método	Principais resultados
Macena e Justino	2018	Analisar os desafios da Meta 4 do Plano Nacional de Educação para a Educação Especial.	Estudo documental	Evidenciaram avanços no acesso, mas dificuldades relacionadas à permanência, infraestrutura e formação docente.
Souza e Prieto	2016	Discutir as políticas públicas voltadas à Educação Especial no âmbito do PNE.	Pesquisa bibliográfica	Destacam a importância da articulação entre financiamento, formação docente e políticas públicas.
França e Prieto	2023	Avaliar os resultados da Meta 4 do Plano Nacional de Educação.	Pesquisa documental	Identificaram crescimento das matrículas em classes comuns, porém desigualdades regionais persistem.
Glat e Blanco	2007	Discutir os fundamentos da Educação Inclusiva e da formação docente.	Revisão bibliográfica	Demonstram que a inclusão depende da reorganização da escola e da formação permanente dos professores.
Mantoan	2003	Apresentar os princípios da inclusão escolar.	Obra teórica	Defende a reorganização da escola para atender à diversidade dos estudantes.
Sassaki	2003	Discutir os fundamentos da inclusão social e educacional.	Obra teórica	Defende a eliminação das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a seleção dos artigos, realizou-se a leitura integral de todos os estudos incluídos na revisão.

As informações foram organizadas em categorias temáticas, permitindo identificar convergências, divergências e lacunas presentes na literatura científica.

As categorias definidas para análise foram:

- avanços da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva;
- implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação;
- formação docente;
- Atendimento Educacional Especializado;
- desafios para a consolidação da educação inclusiva.

Posteriormente, os estudos foram analisados de forma comparativa, buscando compreender como diferentes pesquisadores interpretam os resultados das políticas públicas voltadas à Educação Especial e quais desafios permanecem para a efetivação da inclusão escolar no contexto brasileiro.

Essa estratégia permitiu construir uma análise crítica da literatura, relacionando os resultados encontrados com os objetivos desta pesquisa e contribuindo para uma compreensão mais ampla dos avanços

e desafios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva durante a vigência do Plano Nacional de Educação (2014–2024).

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL

A Educação Especial brasileira passou por profundas transformações nas últimas décadas, acompanhando mudanças sociais, políticas e educacionais relacionadas ao reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Durante grande parte da história, predominou um modelo assistencialista e segregador, no qual os estudantes com deficiência eram atendidos em instituições especializadas, afastados do convívio escolar regular e das oportunidades de participação social. Esse paradigma começou a ser gradativamente substituído por uma concepção fundamentada nos direitos humanos, na valorização da diversidade e na promoção da educação inclusiva.

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca, aprovada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representou um marco para a consolidação da educação inclusiva ao defender que todas as crianças, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou culturais, devem aprender juntas nas escolas regulares, que precisam estar preparadas para atender às diferentes necessidades dos estudantes. Posteriormente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil com status constitucional, reforçou o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, vedando qualquer forma de discriminação e estabelecendo a obrigação dos Estados de promover sistemas educacionais inclusivos.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo paradigma ao assegurar a educação como direito de todos e estabelecer, em seu artigo 208, o dever do Estado de garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa diretriz foi posteriormente reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que reconheceu a Educação Especial como modalidade transversal da educação escolar, destinada a atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A consolidação desse novo paradigma ocorreu com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008. O documento estabeleceu que a Educação Especial deve integrar a proposta pedagógica das escolas, atuando de forma complementar ao ensino regular por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da eliminação de barreiras à aprendizagem e da promoção da acessibilidade. Nessa perspectiva, a inclusão deixa de significar apenas o ingresso do estudante na escola comum e passa a envolver a garantia de condições efetivas para sua participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento.

Para Mantoan (2003), a inclusão escolar representa uma mudança estrutural na organização da escola, exigindo a superação de práticas excludentes historicamente consolidadas. A autora argumenta que a diversidade deve ser compreendida como característica inerente ao processo educativo, cabendo às instituições escolares reorganizar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os estudantes, e não apenas daqueles considerados dentro de um padrão de normalidade.

Em perspectiva semelhante, Glat e Blanco (2007) defendem que a construção de sistemas educacionais inclusivos depende da transformação das práticas pedagógicas, da reorganização institucional e da formação permanente dos profissionais da educação. Segundo as autoras, a inclusão escolar exige mudanças que ultrapassam adaptações curriculares pontuais, demandando o desenvolvimento de uma cultura escolar comprometida com a equidade, a participação e o respeito às diferenças.

Sassaki (2003), por sua vez, compreende a inclusão como um processo contínuo de transformação da sociedade, no qual as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais devem ser progressivamente eliminadas para assegurar igualdade de oportunidades. Nessa perspectiva, a responsabilidade pela inclusão não recai exclusivamente sobre o estudante, mas sobre a própria sociedade, que deve adaptar seus espaços, serviços e instituições para garantir a participação plena de todas as pessoas.

Nas últimas décadas, os avanços das políticas públicas refletiram-se no crescimento das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns da educação básica. Dados do Censo Escolar evidenciam que a maior parte desses estudantes encontra-se atualmente matriculada em escolas regulares, demonstrando a consolidação gradual da política de inclusão escolar. Entretanto, pesquisadores como Macena e Justino (2018) e França e Prieto (2023) destacam que a ampliação do acesso não significa, necessariamente, a efetivação da inclusão. Permanecem desafios relacionados à qualidade da aprendizagem, à formação docente, à acessibilidade, à oferta do Atendimento Educacional Especializado e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados.

Nesse contexto, observa-se que a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva constitui uma política pública em permanente construção. Embora os avanços legislativos e institucionais tenham ampliado significativamente o acesso à escola regular, a consolidação de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos depende da continuidade dos investimentos públicos, do fortalecimento das políticas educacionais e do compromisso coletivo com a garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

4 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014–2024) E A META 4

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, constitui o principal instrumento de planejamento das políticas educacionais brasileiras. Elaborado para o decênio de 2014 a 2024, o plano estabeleceu vinte metas e 254 estratégias destinadas à ampliação do acesso

à educação, à melhoria da qualidade do ensino, à valorização dos profissionais da educação e à redução das desigualdades educacionais. Sua elaboração representou um importante avanço na institucionalização das políticas públicas educacionais, ao estabelecer objetivos de longo prazo e mecanismos de monitoramento voltados ao desenvolvimento da educação nacional.

Entre as metas previstas, a Meta 4 ocupa posição estratégica por tratar especificamente da garantia do direito à educação das pessoas público-alvo da Educação Especial. Seu texto estabelece a universalização, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, do acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

A formulação da Meta 4 refletiu um processo de intensos debates entre gestores públicos, pesquisadores, movimentos sociais e entidades representativas das pessoas com deficiência. Conforme destacam Souza e Prieto (2016), sua redação procurou conciliar diferentes concepções acerca da Educação Especial, reafirmando o princípio da inclusão escolar ao mesmo tempo em que reconheceu a importância dos serviços especializados como suporte complementar ao ensino regular.

Para viabilizar o alcance da Meta 4, o Plano Nacional de Educação estabeleceu diversas estratégias, entre elas a ampliação da oferta do Atendimento Educacional Especializado, a implantação e manutenção de salas de recursos multifuncionais, a promoção da acessibilidade arquitetônica e comunicacional, a formação inicial e continuada de professores, a produção de materiais didáticos acessíveis, o fortalecimento da articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social e o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Quadro 3 – Evolução das políticas públicas da Educação Especial no Brasil

Ano	Documento	Principais contribuições para a Educação Especial
1988	Constituição Federal	Reconheceu a educação como direito de todos e garantiu o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
1994	Declaração de Salamanca	Reafirmou o princípio da educação inclusiva e da escola para todos.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	Instituiu a Educação Especial como modalidade de ensino.
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Estabeleceu diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado e fortalecimento da inclusão escolar.
2014	Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)	Instituiu a Meta 4, voltada à universalização do acesso à educação inclusiva.
2015	Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)	Consolidou direitos das pessoas com deficiência e fortaleceu a inclusão educacional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Ao longo da vigência do PNE, observou-se expansão significativa das matrículas desses estudantes nas classes comuns da educação básica. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Censo Escolar, demonstram crescimento contínuo da inclusão escolar durante a última década, indicando que a maior parte dos estudantes da Educação Especial passou a frequentar escolas regulares. Esses resultados evidenciam importantes avanços das políticas públicas voltadas à democratização do acesso à educação.

Estudos mais recentes ampliam essa discussão ao evidenciarem que o monitoramento da Meta 4 deve considerar não apenas indicadores quantitativos de matrícula, mas também aspectos relacionados à qualidade da inclusão escolar, ao financiamento das políticas públicas, à formação docente e ao acompanhamento da aprendizagem dos estudantes. Pesquisas desenvolvidas por Furtado (2022) e Silva Júnior, Oliveira e Miranda (2025) demonstram que persistem diferenças significativas entre as redes de ensino quanto à implementação das estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, reforçando a necessidade de avaliações contínuas das políticas educacionais.

Entretanto, a literatura especializada ressalta que o crescimento das matrículas não constitui, isoladamente, indicador suficiente para avaliar o sucesso da política inclusiva. França e Prieto (2023) argumentam que a efetividade da Meta 4 deve ser analisada considerando não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a aprendizagem, a participação e as condições oferecidas para o desenvolvimento dos estudantes. Dessa forma, a avaliação da política pública exige a análise conjunta de indicadores quantitativos e qualitativos.

Macena e Justino (2018) também destacam que a ampliação do acesso representa importante conquista da Educação Especial brasileira, porém alertam que persistem desafios relacionados ao financiamento das políticas inclusivas, à distribuição desigual dos recursos educacionais entre as regiões do país, à oferta do Atendimento Educacional Especializado e à formação dos profissionais responsáveis pela implementação das ações previstas no Plano Nacional de Educação.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se à formação docente. Embora a Meta 4 estabeleça estratégias voltadas à qualificação dos profissionais da educação, diferentes pesquisas demonstram que muitos professores ainda relatam insegurança para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, elaborar adaptações curriculares e utilizar recursos de acessibilidade. Essa realidade evidencia que a consolidação da inclusão escolar depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas também de investimentos permanentes na formação inicial e continuada dos educadores.

Além da formação docente, desafios relacionados à infraestrutura escolar continuam presentes em diferentes redes de ensino. Barreiras arquitetônicas, limitações na oferta de tecnologias assistivas, insuficiência de materiais pedagógicos acessíveis e desigualdades regionais na implementação das políticas públicas ainda dificultam a efetivação dos princípios estabelecidos pela Meta 4. Tais limitações demonstram

que a universalização do acesso deve ser acompanhada da garantia de condições adequadas para a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

Outro ponto relevante refere-se ao encerramento da vigência do Plano Nacional de Educação em 2024. Esse marco temporal torna especialmente pertinente a realização de estudos que avaliem os resultados alcançados ao longo do decênio, identificando avanços, limitações e desafios remanescentes. Mais do que verificar o cumprimento formal das metas estabelecidas, torna-se necessário compreender os impactos produzidos pelas políticas públicas na organização dos sistemas de ensino e na promoção do direito à educação inclusiva.

Dessa forma, a Meta 4 consolidou-se como um dos principais instrumentos normativos da Educação Especial brasileira ao reafirmar o compromisso do Estado com a construção de sistemas educacionais inclusivos. Entretanto, a literatura analisada evidencia que a concretização dos objetivos previstos pelo Plano Nacional de Educação permanece condicionada à continuidade das políticas públicas, ao fortalecimento do financiamento educacional, à valorização da formação docente e à ampliação das condições de acessibilidade, aspectos indispensáveis para assegurar uma educação inclusiva de qualidade para todos os estudantes.

5 FORMAÇÃO DOCENTE E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A consolidação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva depende de um conjunto de fatores que ultrapassa a existência de dispositivos legais e políticas públicas. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, a efetivação desse direito está diretamente relacionada à capacidade dos sistemas de ensino de oferecer condições pedagógicas, estruturais e humanas compatíveis com as necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, a formação docente e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constituem dois dos principais pilares para a implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

A atuação do professor ocupa posição central na construção de práticas pedagógicas inclusivas. A diversidade presente nas salas de aula exige profissionais capazes de reconhecer diferentes formas de aprender, planejar estratégias didáticas flexíveis, utilizar recursos de acessibilidade e promover a participação efetiva de todos os estudantes. Entretanto, diversos estudos demonstram que parte significativa dos docentes ainda relata dificuldades para desenvolver práticas inclusivas, especialmente em razão da insuficiência da formação inicial e da limitada oferta de programas de formação continuada.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reconhece que a qualificação dos profissionais da educação constitui condição indispensável para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Da mesma forma, a Meta 4 do Plano Nacional de Educação estabelece

estratégias voltadas ao fortalecimento da formação de professores, gestores escolares e demais profissionais envolvidos no atendimento aos estudantes da Educação Especial.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar exige uma profunda transformação da cultura institucional das escolas. Para a autora, o professor deixa de desempenhar exclusivamente o papel de transmissor de conteúdos para assumir a função de mediador da aprendizagem, desenvolvendo práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e favoreçam a participação de todos os estudantes. Essa perspectiva pressupõe mudanças na organização curricular, na avaliação da aprendizagem e na própria concepção de ensino.

Em consonância com esse entendimento, Glat e Blanco (2007) afirmam que a formação docente deve promover não apenas conhecimentos técnicos sobre deficiência, mas também reflexões críticas acerca das políticas públicas, dos direitos humanos, da acessibilidade e da construção de ambientes escolares inclusivos. As autoras defendem que o desenvolvimento profissional precisa ocorrer de forma permanente, articulando teoria e prática e favorecendo a construção de competências necessárias ao trabalho com a diversidade.

Apesar dos avanços observados nas políticas de formação, a literatura evidencia que persistem importantes desafios. Pesquisas recentes indicam que muitos professores ainda se sentem inseguros para elaborar adaptações curriculares, selecionar recursos pedagógicos acessíveis e desenvolver estratégias capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes. Essa realidade demonstra que a ampliação das oportunidades de formação continuada permanece como uma das prioridades para o fortalecimento da educação inclusiva.

Paralelamente à formação docente, o Atendimento Educacional Especializado desempenha papel fundamental na garantia do direito à aprendizagem. Conforme definido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à participação dos estudantes, complementando e suplementando sua formação sem substituir o ensino desenvolvido na sala de aula comum.

Essa compreensão evidencia que o Atendimento Educacional Especializado não constitui um espaço paralelo de escolarização, mas um serviço articulado ao ensino regular, voltado à promoção da autonomia, da participação e do desenvolvimento dos estudantes. Nessa perspectiva, o AEE atua como suporte pedagógico especializado, favorecendo a eliminação de barreiras que dificultam o processo de aprendizagem e contribuindo para a efetivação do direito à educação inclusiva.

Durante a vigência do Plano Nacional de Educação observou-se expansão da oferta de salas de recursos multifuncionais e do Atendimento Educacional Especializado em diferentes redes de ensino. Entretanto, a literatura aponta que essa expansão ocorreu de maneira desigual entre as regiões brasileiras,

refletindo diferenças na capacidade de investimento dos sistemas educacionais e na disponibilidade de profissionais especializados.

Macena e Justino (2018) destacam que, embora a ampliação do AEE represente importante avanço das políticas públicas de inclusão, sua efetividade permanece condicionada à existência de infraestrutura adequada, recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas e articulação entre professores do ensino comum e profissionais especializados. Na ausência desses elementos, o atendimento tende a perder parte de seu potencial para promover a aprendizagem e a participação dos estudantes.

Outro desafio frequentemente mencionado refere-se à necessidade de integração entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo. A construção de práticas inclusivas pressupõe trabalho colaborativo entre professores da classe comum, docentes do Atendimento Educacional Especializado, equipes gestoras, famílias e profissionais das áreas da saúde e da assistência social. Essa atuação interdisciplinar amplia as possibilidades de identificação das necessidades educacionais dos estudantes e favorece a elaboração de estratégias pedagógicas mais adequadas.

Além dos aspectos pedagógicos, a efetivação da educação inclusiva exige investimentos permanentes em acessibilidade física, comunicacional, tecnológica e atitudinal. Sassaki (2003) ressalta que a inclusão somente se concretiza quando as barreiras existentes nos ambientes escolares são progressivamente eliminadas, permitindo que todas as pessoas participem plenamente das atividades educacionais em condições de igualdade.

Dessa forma, a literatura analisada evidencia que a formação docente e o Atendimento Educacional Especializado constituem dimensões indissociáveis da política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Embora tenham sido observados avanços importantes durante a vigência da Meta 4 do Plano Nacional de Educação, persistem desafios relacionados à qualificação profissional, à ampliação da oferta do AEE, ao financiamento das políticas públicas e à redução das desigualdades regionais. A superação desses desafios representa condição essencial para a consolidação de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos e para a garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão sistemática permitiu identificar seis estudos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão estabelecidos para esta pesquisa. Embora apresentem diferentes abordagens metodológicas, os trabalhos analisados convergem ao reconhecer que a implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação representou um marco importante para o fortalecimento das políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil. Entretanto, também evidenciam que a ampliação do acesso à escola regular não foi suficiente para assegurar, de forma homogênea, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Quadro 4 – Síntese das categorias temáticas e principais evidências identificadas na Revisão Sistemática da Literatura

Categoria temática	Principais evidências encontradas	Estudos que sustentam a discussão
Ampliação do acesso à educação inclusiva	Crescimento das matrículas em classes comuns da educação básica.	Macena e Justino (2018); França e Prieto (2023).
Formação docente	A formação inicial e continuada permanece insuficiente para atender às demandas da inclusão escolar.	Mantoan (2003); Glat e Blanco (2007); Furtado (2022).
Atendimento Educacional Especializado	Expansão do AEE, porém com desigualdades regionais e estruturais.	Souza e Prieto (2016); Macena e Justino (2018).
Desafios da Meta 4	Permanência, aprendizagem, acessibilidade, financiamento e monitoramento das políticas públicas.	Todos os estudos analisados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A organização dos estudos em categorias temáticas possibilitou identificar convergências entre os autores quanto aos avanços promovidos pela Meta 4 do Plano Nacional de Educação, bem como evidenciar desafios recorrentes relacionados à formação docente, ao Atendimento Educacional Especializado, ao financiamento das políticas públicas e às condições de permanência e aprendizagem dos estudantes. A partir dessas categorias desenvolve-se a discussão apresentada a seguir.

A análise comparativa dos estudos possibilitou organizar os resultados em quatro categorias temáticas: (a) ampliação do acesso à educação inclusiva; (b) formação docente; (c) Atendimento Educacional Especializado; e (d) desafios para a efetivação da Meta 4. Essa organização favoreceu uma compreensão mais ampla dos avanços alcançados durante a vigência do Plano Nacional de Educação e das limitações ainda presentes na implementação das políticas públicas.

A primeira categoria refere-se à ampliação do acesso à educação inclusiva. Todos os estudos analisados apontam crescimento expressivo das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns do ensino regular ao longo da última década. Esse resultado evidencia os impactos positivos das políticas públicas implementadas após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e da aprovação do Plano Nacional de Educação. Os dados oficiais do Censo Escolar corroboram essa tendência, indicando aumento contínuo da participação desses estudantes nas escolas regulares e fortalecimento do princípio da inclusão escolar.

Entretanto, os autores analisados são unânimes em afirmar que o aumento das matrículas não pode ser interpretado, isoladamente, como indicador de sucesso da política pública. França e Prieto (2023) argumentam que a avaliação da Meta 4 deve considerar, além do acesso, aspectos relacionados à permanência, ao desenvolvimento da aprendizagem, à participação nas atividades escolares e às condições efetivas oferecidas pelas instituições de ensino. Essa compreensão amplia o conceito de inclusão escolar, deslocando o foco da simples matrícula para a garantia do direito à aprendizagem.

A segunda categoria identificada refere-se à formação docente. Os estudos analisados demonstram que esse permanece como um dos principais desafios para a consolidação da Educação Especial na

Perspectiva Inclusiva. Embora a legislação estabeleça diretrizes para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, os pesquisadores relatam que muitos professores ainda se sentem inseguros para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, realizar adaptações curriculares e utilizar recursos de acessibilidade. Essa constatação evidencia que os avanços normativos ainda não foram plenamente acompanhados pela qualificação profissional necessária para atender às demandas da diversidade presente nas escolas brasileiras.

Observou-se, ainda, consenso entre Mantoan (2003), Glat e Blanco (2007) e os estudos mais recentes quanto à necessidade de compreender a formação docente como um processo permanente de desenvolvimento profissional. A literatura destaca que programas pontuais de capacitação mostram-se insuficientes para responder à complexidade da educação inclusiva, sendo indispensável a implementação de políticas institucionais de formação continuada articuladas ao cotidiano escolar.

A terceira categoria temática corresponde ao Atendimento Educacional Especializado. Os estudos reconhecem que a ampliação da oferta do AEE e das salas de recursos multifuncionais constituiu um dos principais avanços da política nacional de Educação Especial durante a vigência do Plano Nacional de Educação. Entretanto, também apontam desigualdades significativas entre as diferentes regiões brasileiras quanto à infraestrutura disponível, ao número de profissionais especializados e à qualidade dos serviços ofertados. Essa heterogeneidade demonstra que a efetividade do Atendimento Educacional Especializado permanece condicionada às condições estruturais e financeiras dos sistemas de ensino.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à necessidade de fortalecer o trabalho colaborativo entre professores da classe comum e profissionais do Atendimento Educacional Especializado. Os estudos indicam que a articulação entre esses profissionais favorece a elaboração de estratégias pedagógicas mais inclusivas, amplia as possibilidades de adaptação curricular e contribui para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Quando essa integração não ocorre, observa-se maior dificuldade na implementação das práticas inclusivas e menor efetividade das ações previstas pela Meta 4.

A quarta categoria reúne os principais desafios para a efetivação da política de inclusão escolar. Além das limitações relacionadas à formação docente e ao Atendimento Educacional Especializado, os estudos destacam dificuldades referentes ao financiamento das políticas públicas, à insuficiência de tecnologias assistivas, à acessibilidade arquitetônica e comunicacional, à produção de materiais pedagógicos acessíveis e às desigualdades regionais. Esses fatores demonstram que a consolidação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva depende de ações articuladas entre diferentes esferas governamentais e de investimentos permanentes na estrutura dos sistemas educacionais.

A análise comparativa dos estudos também revelou uma importante mudança de perspectiva na literatura científica. Enquanto as pesquisas produzidas nas primeiras décadas dos anos 2000 concentravam-se na defesa do direito de acesso dos estudantes com deficiência às escolas regulares, os estudos mais

recentes direcionam sua atenção para a qualidade da inclusão, enfatizando aspectos relacionados à aprendizagem, à participação, à permanência e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Essa mudança evidencia o amadurecimento das pesquisas sobre Educação Especial no Brasil e demonstra que os desafios atuais ultrapassam a ampliação das matrículas, concentrando-se na efetivação do direito à educação de qualidade.

De modo geral, os resultados desta revisão sistemática indicam que a Meta 4 do Plano Nacional de Educação promoveu avanços relevantes para a consolidação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à escola regular e ao fortalecimento das políticas públicas voltadas ao Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, a literatura também evidencia que persistem desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que limitam a efetividade dessas políticas. Assim, a consolidação de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos depende da continuidade dos investimentos públicos, do fortalecimento da formação docente, da ampliação das condições de acessibilidade e do aprimoramento das estratégias de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar avanços significativos e desafios persistentes relacionados à implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014–2024). Os trabalhos analisados evidenciam que as políticas públicas voltadas à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva contribuíram para ampliar o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às escolas regulares, fortalecendo o princípio da educação inclusiva no Brasil.

Um dos principais avanços observados refere-se ao crescimento das matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns do ensino regular. Os estudos demonstram que as políticas inclusivas implementadas nas últimas décadas favoreceram a redução gradual da segregação escolar e ampliaram as oportunidades de acesso à educação básica. Esse cenário está diretamente relacionado às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e pelas estratégias previstas na Meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Segundo Macena e Justino (2018), a ampliação das matrículas representa um importante indicador de avanço das políticas inclusivas. Entretanto, os autores destacam que a efetivação da inclusão escolar não pode ser avaliada apenas por indicadores quantitativos. Para que a inclusão ocorra de forma efetiva, é necessário garantir condições adequadas de permanência, participação e aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto frequentemente abordado nos estudos refere-se à formação docente. As pesquisas analisadas apontam que a insuficiência de formação específica para atuação em contextos inclusivos permanece como um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas de ensino. Muitos professores

relatam dificuldades para desenvolver adaptações curriculares, utilizar recursos pedagógicos acessíveis e atender às necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Glat e Blanco (2007) afirmam que a formação de professores constitui elemento fundamental para a construção de escolas inclusivas. Segundo as autoras, a inclusão escolar exige profissionais preparados para compreender a diversidade presente no ambiente educacional e desenvolver estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, a formação continuada surge como importante instrumento para fortalecer práticas inclusivas e qualificar o trabalho pedagógico.

Os estudos também evidenciam a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o desenvolvimento dos estudantes da Educação Especial. A implantação de salas de recursos multifuncionais e a ampliação dos serviços de apoio pedagógico representam avanços relevantes observados durante a vigência do PNE. Contudo, os pesquisadores destacam que ainda existem desigualdades regionais na oferta desses serviços, dificultando o acesso de muitos estudantes ao atendimento especializado.

Outro desafio identificado refere-se às condições estruturais das instituições de ensino. Questões relacionadas à acessibilidade física, recursos tecnológicos, materiais pedagógicos adaptados e apoio multiprofissional continuam sendo apontadas como obstáculos para a efetivação da inclusão escolar. Em muitas escolas, a insuficiência desses recursos compromete a participação dos estudantes e limita as possibilidades de aprendizagem.

Mantoan (2003) ressalta que a inclusão escolar exige transformações que vão além da matrícula dos estudantes na escola regular. Para a autora, é necessário promover mudanças nas práticas pedagógicas, na organização escolar e na cultura institucional, de modo que a diversidade seja reconhecida como elemento constitutivo do processo educativo.

Além disso, os estudos analisados demonstram que a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo de construção social. Sassaki (2003) destaca que a inclusão não depende apenas das adaptações realizadas pelos estudantes, mas principalmente da capacidade da sociedade e das instituições de eliminarem barreiras que dificultam a participação plena das pessoas com deficiência.

De modo geral, os resultados da revisão sistemática indicam que a Meta 4 do Plano Nacional de Educação contribuiu significativamente para ampliar o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial à educação básica. Entretanto, também evidenciam que desafios relacionados à formação docente, ao Atendimento Educacional Especializado, à acessibilidade e às condições estruturais das escolas ainda precisam ser enfrentados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, os estudos analisados convergem ao afirmar que os avanços alcançados durante a vigência do PNE representam conquistas importantes para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Contudo, a consolidação de sistemas educacionais inclusivos exige investimentos permanentes,

fortalecimento das políticas públicas e compromisso coletivo com a promoção do direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os avanços e os desafios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva durante a vigência do Plano Nacional de Educação (2014–2024), com enfoque na implementação da Meta 4. A partir da revisão sistemática da literatura, foi possível compreender que as políticas públicas voltadas à inclusão escolar contribuíram significativamente para a ampliação do acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às escolas regulares.

Os estudos analisados demonstraram que houve crescimento expressivo das matrículas desses estudantes na educação básica, evidenciando avanços importantes na consolidação da educação inclusiva no Brasil. Além disso, observou-se a ampliação do Atendimento Educacional Especializado, a implementação de salas de recursos multifuncionais e o fortalecimento das discussões sobre formação docente e acessibilidade escolar.

Entretanto, a pesquisa também revelou que a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta diversos desafios. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se a insuficiência de formação específica para professores, a carência de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados, as dificuldades estruturais das instituições de ensino e as desigualdades regionais na oferta de serviços especializados. Esses fatores demonstram que o acesso à escola, embora fundamental, não garante por si só a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto evidenciado pela literatura refere-se à necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Especial. A inclusão escolar exige investimentos contínuos em formação profissional, acessibilidade, recursos educacionais e acompanhamento pedagógico, de modo que os estudantes possam desenvolver plenamente suas potencialidades e exercer seu direito à educação de qualidade.

Dessa forma, conclui-se que a Meta 4 do Plano Nacional de Educação representou um importante instrumento para o avanço da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Brasil. Contudo, os resultados alcançados durante sua vigência indicam que ainda existem desafios a serem superados para que a inclusão escolar se concretize de maneira efetiva em todas as instituições de ensino.

Embora os resultados obtidos demonstrem importantes avanços na consolidação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a literatura evidencia que a implementação da Meta 4 permanece como um processo em construção. A efetivação da inclusão escolar requer continuidade das políticas públicas, monitoramento permanente dos indicadores educacionais, fortalecimento da formação docente e ampliação dos investimentos destinados à acessibilidade e ao Atendimento Educacional Especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: linha de base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2024**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2025.

FRANÇA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosângela Gavioli. O financiamento da Educação Especial no Plano Nacional de Educação (2014-2024): entraves e desafios. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília**, v. 31, e0341, 2025. DOI: 10.1590/1980-54702025v31e0341. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0341>. Acesso em: 16 set. 2026.

FURTADO, Roberval Angelo; GOMES, Vera Lucia; CASTRO, Rita de Fátima da Silva Rosas de. O monitoramento e avaliação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação 2014-2024: contribuições para o debate. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, p. 320-336, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.60928. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.60928>. Acesso em: 16 set. 2026.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MACENA, Janaina de Oliveira; JUSTINO, Laura Regina Paniagua; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva

de uma cultura inclusiva. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 101, p. 1283-1307, out./dez. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, London, v. 372, n. 71, 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 16 set. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Alex Vieira da; SILVA, Givanildo da. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e suas orientações para a Educação Especial. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 8., 2022. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/88777>. Acesso em: 16 set. 2026.

SILVA JÚNIOR, João Santos da; OLIVEIRA, Elaine Guirra; MIRANDA, Helga Porto. Inclusão além dos números: a realidade da Meta 4 do Plano Nacional de Educação no Estado da Bahia. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 54, e9583, 2025. DOI: 10.56238/levv16n54-013. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv16n54-013>. Acesso em: 16 set. 2026.

SOUZA, Fernanda Cristina de; PRIETO, Rosângela Gavioli. Plano Nacional de Educação e educação especial. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 841-845, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1997.